



A Guerra: Problemas e Desafios do Campo da História Militar Brasileira.

Marcos Guimarães Sanches*

Conheci tardiamente a história militar. Não represento exceção mas a quase totalidade de gerações anteriores e posteriores que não foram apresentadas e/ou se ocuparam desta temática específica. Somos todos “filhos”, com maior ou menor semelhança, dos Annales ou da análise marxista. Nos dois casos, a história militar focada quase que exclusivamente no fenômeno da guerra era relegada a segundo plano, inserida no tempo curto, acontencimental da história política ou pertencente a um nível (super-estrutura) subordinado da realidade.

Poucos foram os historiadores profissionais que se ocuparam da questão ao longo do século XX, rotulada pejorativamente como “história-batalha”, e seu estudo ficou relegado a alguns militares profissionais, no caso do Brasil, herdeiros da Missão Francesa que valorizara o estudo da história militar como fundamento da elaboração da doutrina.

A retomada da história política em grande parte inspirada nas contribuições de Max Weber e Michel Foucault redimensionou sua problemática da questão do Estado para os lugares onde pode ser estudado o poder, o que associado a revisão da própria história militar como as empreendidas por John Keagan¹ e André Courvisier², para ficarmos apenas em duas tradições historiográficas, recolocou o nosso objeto no conjunto das preocupações da produção do conhecimento histórico.

As perspectivas positivas do presente nos impõem enorme desafio: discutir a própria configuração do campo de investigação e construir ferramentas teórico-metodológicas capazes de explorá-lo. Em síntese recente, José D’Assunção Barros³ ao estabelecer os interesses e objetos da história política situa a guerra no grupo daqueles que estudam as “relações entre as unidades políticas”. A definição de um campo ou de um domínio para

* Doutor em História (UFRJ). Professor de História do Brasil das Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro e Gama Filho. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

1 - CORVISIER, André. A Guerra: ensaios históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

2 - KEAGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

3 - BARROS, José. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004, p. 108.



qualquer investigação histórica é problema complexo. A sua constituição não é produto de uma seleção natural de objetos, resultando de um critério de abordagem. Neste sentido, não se trata de optar pela guerra, a política ou as relações internacionais mas, indagar que tipo de questão nos interessa e como se pretende investigá-la.

Será a guerra o objeto da história militar? Não estaremos a atribuir ao fenômeno da guerra um caráter universal, independente do seu significado nas diferentes sociedades e culturas? Partindo dos dicionários brasileiros de maior circulação (Aurélio e Houaiss) a guerra é sempre definida em primeiro lugar como luta armada entre nações ou partidos, não cobrindo, por exemplo, a sua concepção como parte de uma determinada dinâmica social como na clássica interpretação de Florestan Fernandes sobre as sociedades Tupinambás.

Embora na tradição cultural do ocidente desde os gregos Heródoto e Tucídides ou dos romanos Tito Lívio e Políbio, a guerra tenha sido um “motor” onipresente da explicação histórica, levando John Keagan a afirmar que “a história escrita das sociedades é em grande medida uma história de guerras”⁴, tal pressuposto deve ser relativizado

pois como nos alerta Arno Wehling uma história da guerra ou da historiografia da guerra perpassando a história de todas as sociedades não é concebível, pois implica na naturalização do conceito, retirando-lhe a historicidade.⁵

Tratar a guerra como atividade humana e como fenômeno histórico e social nos leva a relativizar a exclusiva subordinação da história militar à história política. Ao rejeitar a idéia de história-batalha” de Lucien Febvre costumamos repetir Clausewitz que a guerra é a continuação da política por outros meios, mas ainda que nos socorramos da tradução mais precisa de Keagan - a guerra é continuação das relações políticas, não superamos a excessiva vinculação da história militar ao político, o reducionismo do campo ao problema da guerra e a sua problemática percepção como fenômeno universal, não relativizável frente as diferentes culturas.

A tradição oitocentista consagrou a concepção hobbesiana-hegeliana do Estado, detentor do monopólio das relações internacionais, conferindo à política a centralidade no processo histórico. Nesta geração, Clausewitz considerou a guerra com forças pagas e disciplinadas do Estado como

4 - KEAGAN, John. Op. Cit., p. 492.

5 - WEHLING, Arno. A Pesquisa da História Militar Brasileira In Da Cultura, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, Jan/Jun 2001, p. 37.

indicativa da civilização, pois assinalava a passagem da sociedade guerreira para a guerra regular.

Como hipóteses de trabalho podemos considerar: primeiro, a guerra não é uma categoria atemporal e universal; segundo, o campo da história militar não se esgota na guerra, que só pode ser compreendida numa perspectiva plural de relações circulares. Metodologicamente apropriamos de Jose Maraval o conceito de “Estrutura Histórica”⁶ como uma figura em que se mostra um conjunto de fatos dotados de articulação interna, na qual se sistematiza e se confere sentido a uma rede complexa de relações entre eles. Epistemologicamente significa rejeitar simples nexos causais e considerar relações situacionais. A estrutura se oferece como uma totalidade distinta da justaposição de seus dados, ou seja, nenhum acontecimento que se insere em conjuntos é compreensível sem referir-se a tais conjuntos, implicando em reconhecer que a singularidade não está apartada da totalidade.

A estrutura é objetiva, já que a forma dada a um determinado conjunto de fatos pelo historiador que os observa, e surge da articulação e da referência da sua situação não se reduzindo ao arbítrio do obser-

vador. A realidade histórica é o conjunto das estruturas e não dos fatos, pois não há fatos históricos isolados e a estrutura não está nos fatos, mas na sua configuração que é o objetivo do conhecimento. A situação é o entrelaçamento dos fatos, qualquer que seja sua complexidade no interior da estrutura histórica e supõe a adoção de uma lógica relacional, entendida como em relação que nasce dela e se encontra na interdependência de um fato em relação a outro.

Retomando a nossa problemática específica, optar pela problemática da guerra implica não no abandono, como irrelevante, da perspectiva anterior (a história-batalha), mas na sua consideração dentro de um conjunto muito mais amplo de variáveis incidentes sobre os conflitos.

Duas décadas antes da retomada da história política nos anos de 1970, Bouthoul sintetizou três grandes características do estado de guerra em oposição ao estado de paz: ser fenômeno coletivo, luta à mão armada e reconhecida por seu caráter jurídico, mas destacava a necessidade de classificações que considerassem os tipos de grupos em luta, armamentos empregados, etc para dar conta da especificidade dos fenômenos⁷.

6 - MARAVAL, Jose. Teoría del saber histórico. Madrid: Revista de Occidente, 1967, Cap. Quarto.

7 - BOUTHOU, Gaston. La Guerre. Paris: PUF, 1953.



A mesma época, no campo das relações internacionais Pierre Renouvin publicou sua *Histoire des Relations Internationales* (entre 1953 e 1958), sintetizando sua proposta metodológica no volume produzido em parceria com Jean-Baptiste Duroselle na década seguinte:

“No comportamento dos grupos humanos, os móveis nunca são simples: seria fácil multiplicar exemplos. Na verdade, as diversas influências que orientam a evolução das relações internacionais, papel das influências econômicas, financeiras, demográficas, psicológicas ou sentimentais, e papel da impulsão exercida pela vontade dos homens de governo, se contrariam ou se associam, segundo as modalidades, diferentes, sem cessar, no tempo e no espaço. O historiador quando procura os elementos de explicação, deve, pois examinar, em cada caso, a título de hipóteses de trabalho, o jogo de cada uma dessas influências. Ele é levado, ora constatar a influência dominante das forças econômicas ou demográficas (é o caso que freqüentemente ocorre, nas mudanças de longa duração), ora a enfatizar as forças sentimentais ou espirituais, cuja ação é sensível, sobretudo nas crises internacionais em que intervêm as paixões,

ora a concluir pelo papel determinante das iniciativas individuais. Reservar, de antemão, a uma de tais explicações, uma parte preponderante, e estabelecer, em princípio, que uma dessas forças teve, permanentemente, papel determinante – seria falsear o sentido da pesquisa histórica. Isolar um dos aspectos do comportamento dos referidos grupos humanos equivaleria, infalivelmente, a desnaturar a pesquisa histórica, eliminando a influência que os diferentes móveis de tal comportamento exercem uns sobre os outros. Estabelecer entre eles uma espécie de hierarquia seria tão baldado como procurar formular leis”⁸.

O modelo proposto nos parece aplicável à história militar. Os autores, tributários da influência dos *Annales* propõem a investigação dos fenômenos a partir das “forças profundas” representadas dentre outras pela demografia, a economia e as motivações psico-sociológicas.

Na história militar propriamente dita Quincy Wright reconhece que “a guerra pode ter para povos diferentes significações distintas” apontando-lhe quatro grandes grupos de causas: forças materiais; influências racionais; instituições sociais e reações de personalidade⁹.

8 - RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967, p. 480.

Nos aproximamos de uma perspectiva pluridimensional, como proposta por Raymond Aron para quem apesar da guerra estar presente em todos os tempos históricos e civilizações, não se pode dispensar a elaboração de alguma tipologia do fenômeno, que não deve ser apenas formalista, mas referida as modalidades concretas de manifestação do fenômeno¹⁰.

A “nova” história militar é, portanto, profundamente interdisciplinar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a filosofia, a psicologia social, a economia, o direito, a pedagogia, sem os quais não seria possível dar conta da amplitude das questões tratadas como nos chama atenção Arno Wehling:

“... podemos citar os seguintes temas/problemas: relações Exército/Forças Armadas X sociedade; estrutura institucional e administrativa das Forças Armadas; o locus institucional das Forças Armadas no estado; os diferentes tipos de guerra, já mencionados; a Opinião Pública e As Forças Armadas; as fortificações; a evolução da ética militar; a estratégia; a batalha; a logística; a formação militar; a motivação para a guerra etc. Essa interação, atualmente, é típica da

ciência histórica e talvez por isso ela tenha se tornado um dos campos mais interdisciplinares na área das ciências sociais”¹¹.

Desta forma, mais do que a guerra a história militar pode numa perspectiva globalizante se ocupar de inúmeros problemas, caracterizando seu campo pelo conjunto de ações/manifestações do poder militar, o que transcende ações que envolvam operações das forças armadas.

A própria guerra, ainda que seja sempre o resultado de uma decisão política, no sentido mais amplo do conceito, envolve questões que não se esgotam na atuação profissional das forças armadas. Lembremos, a título de exemplificação, que hoje o maior exército do mundo terceiriza parte das suas ações no próprio campo de batalha, como assistimos no caso dos Estados Unidos na guerra do Iraque.

A Arte Da Guerra na Historiografia Brasileira

O estudo das temáticas da história militar se confunde com a própria origem da história científica no Brasil, construída pelos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tributária da influência historicista de Ranke e Clausewitz tratou os acontecimen-

9 - WRIGHT, Quincy. A Guerra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988, p. 1.

10 - ARON, Raymond. Paix et Guerre entre les nations. Paris: Calmann-Lévy, 1975.,p. 157.

11 - WEHLING, Arno. Op. Cit., p. 41.



tos militares no contexto da construção do estado, das relações entre eles e da afirmação da Nação.

Metodologicamente a imparcialidade das fontes; análise hermenêutica; relação entre história e memória (lugares, monumentos e culto) foram suas características, a exemplo do exposto por Varnahagem:

“Escusado julgamos dizer que procuramos sempre fazer justiça a todos, sem excetuar os próprios invasores. Não escrevemos, é verdade, segundo se pode até depreender do título deste trabalho, como escreveria um holandês; pela simples razão de que não o somos, e de que não está em nós mudar a nossa essência, nem deixar de ter patriotismo e de ter fé. Mas pode-se ter fé e ter patriotismo, e ser justo com os próprios inimigos – ainda quando, como tal, considerássemos os que o eram da Colônia, nossa Pátria há mais de dois séculos e, se, às vezes, os designamos com esse nome, fazemo-lo não por falta de indulgência, mas unicamente por imitar os que nos têm precedido, e para maior clareza e facilidade da narração”¹².

A História Geral do Brasil, editada a partir de 1854 é pródiga na abordagem de temas militares li-

gados por exemplo a conquista do território e a formação das fronteiras, mas sempre subordinados ao processo de formação da unidade e da identidade nacional. Varnahagem inaugurou uma tradição que se desdobrou até o século XX com seguidores do quilate de Rio Branco e Calógeras, além dos primeiros historiadores militares propriamente ditos que nas décadas de 1920 e 1930 seguiam a mesma proposta metodológica.

Na segunda metade do século XIX, as diferentes correntes científicas colocam a história militar em segundo plano como um resquício da barbárie de etapas anteriores da civilização (positivismo) ou mera determinação de outras instâncias do real (marxismo).

As ações militares eram entendidas como o resultado das dinâmicas sociais como se vê na obra de Capistrano de Abreu, na qual a história militar apresentava um caráter subordinado. Embora a sua obra possa ser dividida em “fases”, no geral, a dinâmica social (o orgânico) prevalecia sobre o político (o funcional).

Sobretudo a influência do positivismo favoreceu a produção de textos que desqualificavam a guerra e conseqüentemente as instituições militares. Datada das

12 - VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002, p. 24.

primeiras décadas do regime republicano, além da influência positivista, as análises refletiam o embate intelectual e político entre monarquia e república e entre civis e militares¹³.

O período não deixa de ser marcado por um certo paradoxo, pois ao mesmo tempo em que se “despreza” a arte da guerra e a formação do oficialato, particularmente no Exército, era dominada por um certo “bacharelismo” de influência positivista, as administrações dos ministérios da Guerra e da Marinha empreenderam importantes esforços de modernização das respectivas forças e Paula Cidade destacou a edição de vários trabalhos de natureza técnica (voltados para a formação/instrução dos militares), no contexto do conflito entre as noções de “soldado-cidadão” e de soldado profissional, estes permeáveis às influências das missões militares alemã e francesa¹⁴.

Nas décadas de 1920 e 1930, dentro do que Carlos Guilherme Mota denominou de “redescoberta do Brasil”, momento de importante renovação do pensamento brasileiro, não houve uma preocupação intelectual mais ampla com a história militar, mas propiciou dentro do que poderíamos chamar de atitude intelectual preocupada

em explicar/reexplicar o Brasil, as bases do seu desenvolvimento e identidade, a atenção, embora restrita majoritariamente a militares profissionais, para uma história militar propriamente dita.

No geral, a história militar não foi objeto da preocupação da maior parte dos intelectuais e metodologicamente estava identificada às concepções herdadas do século XIX. Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda chegaram a esboçar uma explicação de natureza culturalista para a importância restrita da guerra na história do Brasil:

“Não temos nenhuma mística incorporada ao povo, portanto, não tem o nosso povo ... a consciência clara de nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender, de nenhuma grande tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja necessário à sua realização”¹⁵.

Sérgio Buarque de Holanda foi mais explícito ainda ao trabalhar com o conceito de “homem cordial”:

“...as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como inopertunas e até criminosas ... Não ambicionamos o prestígio do país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas ...”¹⁶.

13 - COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, Cap. IX e X.

14 - CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

15 - VIANNA, J. Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974, p. 316.



No entanto, a preocupação em repensar o Brasil numa conjuntura de modernização, também se refletiu no campo da história militar. Neste, ao estabelecimento de uma nova identidade nacional agregou-se à influência da missão militar francesa, para a qual a história era fonte indispensável para a constituição da doutrina.

Neste contexto, podemos distinguir duas linhas de atuação: as ações institucionais na organização de “lugares” de produção e/ou de comemoração (a Biblioteca e o Arquivo do Exército, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a organização do Serviço de Documentação da Marinha) e a produção de autores civis (Gustavo Barroso) e militares (Tasso Fragoso) que continuavam seguindo o modelo do historicismo oitocentista.

A organização da obra de Gustavo Barroso é emblemática: dividida em duas partes, a primeira tem como objeto os “uniformes, hierarquias, armamentos”, preponderância daqueles materiais com os quais se poderia construir uma narrativa museográfica; na segunda, as “campanhas militares se sucediam dentro da lógica de construção do “Brasil nação”, a partir de 1808¹⁷.

Tasso Fragoso, nome mais destacado entre os historiadores mili-

tares do período e até o presente, referência indispensável, antes da publicação da monumental História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (1934), já enunciava a sua concepção de história. Na “Advertência Preliminar” em A Batalha do Passo do Rosário (1922), repele o abandono da história militar, conseqüente a influência positivista na Escola Militar e, se coloca como o responsável por um juízo de “ponderação”, baseado na análise rigorosa das fontes na melhor tradição da hermenêutica jurídica do historicismo¹⁸.

À produção da história juntava-se ainda o esforço de instituição de uma memória, como no caso da consolidação dos patronatos.

Desde a década de 1930 com a criação dos cursos universitários de História, consolidou-se o afastamento entre a produção de uma história militar, tarefa quase que exclusiva dos militares e a história acadêmica produzida nas Universidades sob a influência de novas correntes como os Annales, o marxismo e o estruturalismo, quadro agravado na conjuntura política posterior a 1964.

Prevaleceu a crítica à história política e, por derivação, a todos os temas a ela ligados (administração, relações internacionais,

16 - HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 132.

17 - BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

18 - FRAGO, A. Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922, p. 5-10.

guerra, etc.). Ao mesmo tempo, as influências interdisciplinares permitiram a revisão de aspectos ligados à história militar como as relações internacionais (Pierre Renouvin) ou mesmo a concepção da guerra em perspectiva pluridimensional (política, social, cultural, etc). como em Raymond Aron e André Courvisier.

O marxismo, apesar de colocar a guerra como desdobramento das condições materiais, produziu uma obra importante a História militar do Brasil de Nelson Werneck Sodré que pensava as forças armadas como instrumento de afirmação de uma sociedade democrática, nacional e popular, em emancipação frente ao imperialismo:

“O avanço do país está ligado, conseqüentemente à organização, ao aparelhamento, à melhoria, à eficiência de suas Forças Armadas e não ao antípoda disso. Está ligado ao cumprimento, pelas Forças Armadas, de sua missão precípua e específica, e não ao cumprimento de outras missões, de natureza especificamente e ostensivamente política, que cabem a outras forças. É na medida em que as Forças Armadas asseguram as liberdades democráticas que o país avança, inexoravelmente, para a realização de seu destino nacional. É nessa

medida que as Forças Armadas isolam e asfixiam o latifúndio e o imperialismo, incompatibilizados com toda e qualquer liberdade democrática e cuja única saída é o golpe contra as instituições

democráticas, como tantas vezes empreenderam, com alguns triunfos parciais e transitórios que, sem a menor dúvida, atrasaram o nosso processo histórico”¹⁹.

No âmbito militar propriamente dito, duas tendências tiveram ampla predominância: a história militar como parte ou subsídio à doutrina como na obra de Cláudio Moreira Bento, que chega a esboçar uma tipologia de historiadores, vinculando alguns deles especificamente ao exercício da profissão:

“Historiador Militar: É o civil ou militar que pesquisa, analisa, interpreta, retira ensinamentos e escreve sobre fatos histórico-militares. No exército dos EUA existem duas categorias de historiadores militares: Historiadores do Exército e Historiadores de Estado-Maior.

Historiador do Exército: É um historiador militar qualificado com método específicos, civil e militar, que ocupa posição no QO de historiadores do Exército.

Historiador do Estado-Maior: É um historiador do Exército ou ofi-

19 - SODRÉ, Nelson Werneck. A História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 408.



cial de História do Exército, responsável pelo desempenho de atividades histórico-militares, inclusive, assessoria específica no Estado-Maior de um comandante”²⁰.

Apesar da tipologia não se adequar as propostas atuais para a história militar, deve ser reconhecido o esforço metodológico do autor que superou outra tendência muito presente, uma espécie de história exaltação, em que a predominava a “história batalha”, vinculada a um sentido de exaltação da pátria:

“E o povo, em constante vibração patriótica, assistia embevecido à partida de seus entes queridos, que recebiam cheios de incontido orgulho o Pavilhão Imperial, alegre e risonho em suas cores, que lhes competia levar alçado, vitorioso, pelos campos e cidades distantes, derrubando todos os empecilhos onde os levaria uma guerra sem tréguas!

Varões das mais ilustres linhagens, a fina flor de uma mocidade estuante de vida, alguns, até, donos de grandes riquezas, abandonaram seus afazeres cotidianos, a família querida, o conforto e a comodidade a que tinham direito e, resolutos, trataram logo de assumir responsabilidades funcionais, de um ofício que, até então, lhes era inteiramente estranho!

E, naquela eventualidade crítica, quanto exemplo dignificante espocou à luz do nosso sol!

Nação que dispõe de tal material humano, não tem por que se afligir!

Passado o impacto emocional do primeiro momento, veio imediatamente a serena confiança de um resultado feliz, tal a união alicerçada na brasilidade, secular predicado da alma nacional”²¹!

Dois autores merecem ser tratados em separado: João Batista Magalhães e Francisco de Paula Cidade. O primeiro teve sua *A Evolução Militar do Brasil* editada em 1958, embora a primeira versão do trabalho date de 1948, tendo sido apresentado no IV Congresso de História Nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi pioneiro da percepção da guerra dentro de um complexo que extrapolava os limites dos eventos puramente militares.

“Do conhecimento dos diversos aspectos que apresentam as instituições militares de um país resultam indicações úteis à boa compreensão de sua história e ao julgamento dos homens que presidem aos seus acontecimentos. Mas, para a compreensão das suas características, devem ser vistas tais instituições sempre no quadro

20 - BENTO, Cláudio Moreira. *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 1999, p. 6.

21 - DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 8.

histórico nacional e no da época da civilização em que se situem, considerando-se o que era possível fazer, face às necessidades. Elas são criação dos homens, não, porém, arbitrárias, e emitem para a satisfação de objetivos políticos determinados. Não basta a vontade ou a largueza das concepções de alguns para lhes dar maior desenvolvimento e assegurar-lhe a plena eficácia. Há influências a considerar, derivadas da moralidade e da mentalidade coletivas da época, e fatores de ordem material, notadamente os econômicos e os geográficos, condicionantes compreendidos, ambos, em sua mais lata expressão. Tem muita importância o que entende com a formação social e moral da população.

“O julgamento do valor das instituições militares em vista das soluções relativas ao problema militar, em cada época, sempre de natureza complexa, reclama, portanto, mui judiciosa ponderação”²².

O segundo, com sua Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira, de 1959, reitera que a história militar não poderia ser tratada em separado do que chama de história geral:

“Surge aqui uma questão que já tem sido considerada importante nos domínios teóricos da História:

há apenas uma História Geral ou existe um número sem conta de histórias particulares? Para alguns, a História é uma só, indivisa, e para outros há tantas histórias quantas são as atividades do gênero humano. No primeiro caso, a História Militar é apenas um capítulo da História Geral, como a história do Brasil o é da História Universal. Para outros, a história particular de uma das atividades humanas é inteiramente autônoma. Não parece que valha a pena perder tempo com essas bizantinices porque, na prática, uma história particular como a História Militar não pode ser compreendida fora do quadro da História Geral. O que há realmente é uma compartimentação espontânea, correspondente ao princípio cartesiano de subdivisão das grandes dificuldades noutras sempre menores. Assim, à pergunta se há uma História Militar independente da História Geral, a resposta é que há uma História Militar, mas que esta é apenas um dos capítulos da História Geral, porque as guerras decorrem de fatores políticos, de causas complexas que só indiretamente têm influência no campo militar. Não esqueçamos que o pensamento militar é decorrência de um pensamento político”²³.

A produção acadêmica mais

22 - MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p. 19

23 - CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p. 23.



recente ainda tangencia a história militar. Ao longo das últimas décadas ficou patente uma distinção entre militares historiadores e, em escala reduzida, historiadores militares. Os primeiros continuaram a se ocupar dos aspectos “técnicos” da arte da guerra, valendo-se de uma perspectiva metodológica que não os afasta significativamente da geração que teve em Tasso Fragozo uma referência.

As temáticas abordadas (estratégia, tática, doutrina, material, símbolos, etc.) ainda reclamam uma minuciosa revisão das fontes, a luz de novas problemáticas, formuladas em perspectivas metodológicas já presentes nas análises acadêmicas, dentre as quais podemos destacar: o estudo das relações de poder e a perspectiva epistemológica da pluricausalidade.

As novas perspectivas da história do poder tratam as forças armadas como parte da estrutura do Estado com sua ação indissociável da dinâmica social e cultural. Em paralelo, os enfoques interdisciplinares têm permitido estudar a guerra como um conflito pluridimensional (Aron, Bouthoul, Corvisier, Keagan).

Na área acadêmica tem predominado as abordagens calcadas na história social, nas relações de

poder e na história das instituições a exemplo dos trabalhos de Jeanne Berrance de Castro (*A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional, 1977), José Murilo de Carvalho (*Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador In História Geral da Civilização Brasileira, T. III, Vol. 2*, 1977), Edmundo Campos Coelho (*Em busca da identidade: o Exército e a polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1976), Enrique Peregalli (*Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Unicamp, 1986), Celso Castro (*Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990) e Adriana Barreto de Souza (*O Exército na Consolidação do Império. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999). Tal conjunto é representativo do que Celso Castro chamou de “uma história social das Forças Armadas através do país”²⁴.

Dentre os poucos estudos que focam o estudo da guerra em si, aplicando-se novas perspectivas metodológicas destacam-se os de Francisco Doratioto (*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002) e de Ricardo

24 - CASTRO, Celso, IZECHSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrick. Da história militar à “nova” história militar In Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 26.

Salles (Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Memórias e imagens. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).

A título de conclusão podemos refletir sobre o desafio de fazer história militar, transcendendo a simplista discussão sobre “antigos” e “novos” objetos. Uma “nova” história militar não exclui objetos tradicionalmente abordados, inclusive a “batalha”, O que nos parece mais instigante é o “como”, ou seja, de que forma podemos estudar quaisquer

manifestações ligadas ao poder militar, a partir de novas e variadas perspectivas da própria história e das ciências sociais em geral.